

A. I. N° - 129655.0006/04-7
AUTUADO - VALENÇA DA BAHIA MARICULTURA S.A.
AUTUANTE - ENOCK BASTOS BORGES
ORIGEM - INFAZ VALENÇA
INTERNET - 10.11.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0405-02/04

EMENTA: **ICMS. 1.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS PARA USO E CONSUMO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Reduzido o débito em virtude de parte da exigência fiscal ter sido objeto de outra autuação. **2.** CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIA DESTINADA A CONTRIBUINTE DIVERSO DO INDICADO NO DOCUMENTO FISCAL. Fato não contestado. **3.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTADAS REGISTRADAS COMO NÃO TRIBUTADAS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Fato não contestado. **4.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. **a)** MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. **b)** MERCADORIA NÃO TRIBUTÁVEL. Descumprimento de obrigação acessória. Multas de 10% e 1%, respectivamente, sobre o valor comercial das mercadorias não escrituradas. Fatos não contestados. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 30/06/2004, e reclama o valor de R\$ 46.292,25, em decorrência dos seguintes fatos:

1. Falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$ 32.038,61, decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação, e destinado a consumo do próprio estabelecimento, no período de fevereiro de 2000 a dezembro de 2001, conforme demonstrativo e documentos às fls. 11 a 141.
2. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS no valor de R\$ 773,32, no mês de março de 2001, referente a mercadorias destinadas a contribuintes diversos do indicado nos documentos fiscais, conforme documentos às fls. 10 e 171.
3. Falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$ 1.311,60, nos meses de abril/2000 e dezembro/2001, em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas, relativamente a lançamento no Registro de Saídas das notas fiscais n^{os} 1336 e 3738 de saídas tributadas de mercadorias como isentas, conforme documentos às fls. 172 e 173.
4. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses março, junho e outubro de 2000, e janeiro a dezembro de 2001, apurada com base em notas fiscais coletadas no CFAMT, sujeitando-se a multa no valor de R\$ 11.948,72, equivalente a 10% sobre o montante dos documentos fiscais não escriturados nos livros fiscais, conforme demonstrativo e documentos às fls. 142 a 146, e 149 a 169.

5. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de maio e dezembro de 2000, sujeitando-se a multa no valor de R\$ 220,00, equivalente a 1% sobre o montante dos documentos fiscais não escriturados nos livros fiscais, conforme demonstrativo e documentos às fls. 142, 147 e 148.

O sujeito passivo, por seu advogado legalmente constituído, em sua impugnação às fls. 176 a 185, após sintetizar os fatos e os dispositivos tidos como infringidos, tecer algumas considerações sobre os princípios da legalidade e da tipicidade cerrada, declara que reconhece parcialmente a infração 01, e integralmente as demais infrações.

Com relação a infração 01, reconhece como devido o débito no valor de R\$ 17.010,76, e alega que a matéria foi objeto de lançamento através do Auto de Infração nº 206.941.0003/03-2, lavrado pelo Auditor Fiscal Cleudes Cerqueira de Freitas (docs. fls. 189 a 195), no qual, já foram exigidas as quantias de R\$1.285,53; R\$1.284,51; R\$2.852,72; R\$1.967,49; 2.356,76; 1.497,59; R\$494,04; R\$288,62; R\$236,03; R\$1.348,15; R\$1.149,00; e R\$267,41, relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2001, respectivamente, totalizando a importância de R\$15.027,85.

Por conta disso, diz que se necessário, seja o processo convertido em diligência, na forma do artigo 137, inciso I, alínea “a”, e 148, inciso III, do RPAF/99, para confirmar suas alegações, pugnando ao final pela procedência parcial do Auto de Infração.

O autuante em sua informação fiscal à fl. 200, declara que após analisar os demonstrativos anexados pelo autuado, verificou que o preposto fiscal ao lavrar o Auto de Infração nº 206941.0003/03-2 não havia colado a cópia do mesmo no livro RUDEFTO, motivando o lançamento em duplicidade de parte da infração 01 no total de R\$15.027,95. Conclui pela procedência da autuação no total de R\$31.264,40.

Notificado pela repartição fazendária a conhecer a informação fiscal, com a entrega de cópia da mesma, o autuado através do Processo nº 143722/2004-5 (doc. fl. 205), dizendo ser detentor de crédito fiscal acumulado de ICMS, solicitou do Inspetor Fazendário da Infaz Valença, a emissão de certificado de crédito de ICMS para pagamento da exigência fiscal, de acordo com o que determina o artigo 107, inciso III, “c”, do RICMS/97, tudo conforme documentos às fls. 205 a 209.

VOTO

Inicialmente, deixo de acatar o pedido do sujeito passivo para a realização de revisão fiscal, pois os documentos constantes nos autos são suficientes para a conclusão acerca da lide.

Na análise das peças processuais, verifica-se que o autuado reconheceu integralmente as infrações abaixo:

INFRAÇÕES	OCORRÊNCIAS	VL.DO DÉBITO
02	Crédito indevido de ICMS.	R\$773,32
03	Operação tributada como não tributada.	R\$1.311,60
04	Falta de escrituração no Registro de Entradas de notas fiscais de mercadorias tributadas.	R\$11.948,72
05	Falta de escrituração no Registro de Entradas de notas fiscais de mercadorias tributadas.	R\$220,00

Quanto a infração 01, relativa a diferença entre a alíquota interna e as interestaduais nas aquisições de mercadorias para uso e consumo do estabelecimento, o sujeito passivo reconheceu o débito no valor de R\$17.010,76, referente ao exercício de 2000, e alegou que a diferença de R\$15.027,85, havia sido consignada no Auto de Infração nº 206941.0003/03-2.

Apesar do autuante ter concordado com a alegação defensiva, porém, comparando o “Demonstrativo de Diferença de Alíquota” (docs. fls. 11 a 14), que instrui este item da autuação, com o demonstrativo que embasa o citado auto de infração (docs. fls. 189 a 195), constatei que em parte das notas fiscais abaixo relacionadas os débitos foram inferiores aos lançados no Auto de Infração nº 206941.0003/03-2, em virtude de não terem sido considerados os valores relativos a fretes, os quais, devem, ser mantidos neste processo.

MÊS	N.FISCAL	VL.DÉBITO	AI 206941	DIFERENÇA	DOC.FL.
Jan/01	94540	27,72	27,72	-	
Jan/01	143	70,24	70,24	-	
Jan/01	69	187,32	156,34	30,98	64/5
Jan/01	2809	142,96	129,05	13,91	66/7
Jan/01	59	119,80	75,19	44,61	68/9
Jan/01	22396	85,40	85,40	-	
Jan/01	22397	247,37	191,38	55,99	
Jan/01	22395	404,72	404,72	-	
SOMA MÊS JAN/01				145,49	
Fev/01	22758	506,92	406,85	100,07	71/2
Fev/01	22759	243,10	287,00	-	
Fev/01	101	235,49	210,74	24,75	74/5
Fev/01	13313	299,00	299,00	-	
SOMA MÊS FEV/01				124,82	
Mar/01	23229	409,92	283,29	126,63	
Mar/01	23228	337,39	337,39	-	
Mar/01	77139	391,68	391,68	-	
Mar/01	13322	165,00	245,00		
Mar/01	23328	72,87	72,87	-	
Mar/01	23517	342,39	258,48	83,91	83
Mar/01	23518	262,38	321,88		
Mar/01	23519	451,91	336,35	115,56	85
Mar/01	23520	364,76	424,26		
Mar/01	23770	54,42	54,42	-	
SOMA MÊS MAR/01				326,10	
Abr/01	6976	66,60	66,60	-	
Abr/01	373	83,00	41,50	41,50	88
Abr/01	23967	147,76	-	147,76	89
Abr/01	23968	371,66	371,66	-	
Abr/01	23969	165,46	-	165,46	91
Abr/01	24072	446,35	299,27	147,08	93
Abr/01	24071	443,92	443,92	-	
Abr/01	24074	359,16	359,16	-	
Abr/01	24075	196,80	245,90		
SOMA MÊS ABR/01				501,80	
Mai/01	24403	105,42	-	105,42	98
Mai/01	24424	448,24	448,24	-	
Mai/01	24425	276,05	335,55		

Mai/01	24648	372,24	392,24		
Mai/01	24650	438,25	207,82	230,43	
Mai/01	24649	471,56	-	471,56	
Mai/01	24651	365,85	-	365,85	105
Mai/01	24652	352,59	412,09		
Mai/01	7224	157,13	150,00	7,13	107
Mai/01	24954	312,25	312,25	-	
SOMA MÊS MAI/01				1.180,39	
Jun/01	4828	36,00	36,00	-	
Jun/01	25218	211,98	221,48	-	
Jun/01	25219	533,00	585,00	-	
Jun/01	25246	516,86	516,86	-	
Jun/01	25248	79,90	79,90	-	
Jun/01	25500	119,85	119,85	-	
SOMA MÊS JUNI/01				-	
Jul/01	105168	103,95	103,95	-	
Jul/01	25520	298,74	406,85	-	
Jul/01	2062	91,35	91,35	-	
SOMA MÊS JULI/01				-	
Ago/01	25692	88,62	88,62	-	
Ago/01	1700	200,00	200,00	-	
SOMA MÊS AGOI/01				-	
Set/01	204540	157,76	157,76	-	
Set/01	1174	78,27	78,27	-	
SOMA MÊS SET/01				-	
Out/01	204523	100,66	236,07	-	
Out/01	1190	95,57	95,57	-	
Out/01	27363	177,24	213,64	-	
Out/01	27402	411,67	411,67	-	
Out/01	206420	138,39	138,39	-	
Out/01	1038	221,24	221,24	-	
Out/01	1074	46,50	-	46,50	129
Out/01	1241	53,38	53,38	-	
Out/01	1763	150,00	150,00	-	
SOMA MÊS OUT/01				46,50	
Nov/01	24285	149,00	149,00	-	
Nov/01	489	375,00	375,00	-	
Nov/01	499	127,50	127,50	-	
Nov/01	1388	237,85	-	237,85	135
Nov/01	28422	386,00	386,00	-	
Nov/01	28423	111,50	111,50	-	
SOMA MÊS NOV/01				237,85	
Dez/01	63128	67,41	61,57	5,84	140
Dez/01	1781	200,00	200,00	-	
SOMA MÊS DEZ/01				5,84	
TOTAIS		16.568,24	14.771,87	2.568,79	

Quanto a pretensão do autuado no sentido de utilizar-se de crédito fiscal acumulado de ICMS para pagamento da exigência fiscal, o mesmo poderá formular esta possibilidade diretamente na repartição fazendária através de processo específico para esse fim.

Ante o exposto, voto **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração no valor de R\$32.292,80, ficando o demonstrativo de débito da INFRAÇÃO 01 – 06.02.01, modificado conforme segue.

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO - INFRAÇÃO 01 – 06.02.01

Data Ocor.	Data Vencto.	B. de Cálculo	Aliq.(%)	Multa (%)	Vr.do Débito	Infração
28/02/00	09/03/00	7.389,90	10	60	738,99	1
30/04/00	09/05/00	27.958,70	10	60	2.795,87	1
31/05/00	09/06/00	8.418,30	10	60	841,83	1
30/06/00	09/07/00	41.082,20	10	60	4.108,22	1
31/07/00	09/08/00	21.973,80	10	60	2.197,38	1
30/09/00	09/10/00	4.475,00	10	60	447,50	1
31/10/00	09/11/00	21.089,50	10	60	2.108,95	1
30/11/00	09/12/00	9.813,90	10	60	981,39	1
31/12/00	09/01/01	12.502,40	10	60	1.250,24	1
31/01/01	09/02/01	1.454,90	10	60	145,49	1
28/02/01	09/03/01	1.248,20	10	60	124,82	1
31/03/01	09/04/01	3.261,00	10	60	326,10	1
30/04/01	09/05/01	5.018,00	10	60	501,80	1
31/05/01	09/06/01	11.803,90	10	60	1.180,39	1
31/10/01	09/11/01	465,00	10	60	46,50	1
30/11/01	09/12/01	2.378,50	10	60	237,85	1
31/12/01	09/01/02	58,40	10	60	5,84	1
TOTAL DO DÉBITO					18.039,16	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **129655.0006/04-7**, lavrado contra **VALENÇA DA BAHIA MARICULTURA S.A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 20.124,08**, sendo R\$ 14.931,73, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, “a” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e mais R\$ 3.192,35, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, “a” e “f”, VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$ 12.168,72**, sendo R\$ 2.695,00, atualizado monetariamente, prevista nos incisos IX e XI da citada Lei, e mais R\$ 9.473,72, prevista nos incisos IX e XI do art. 42, da mesma lei, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de outubro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA